REQUERIMENTO Nº , de 2016
(Do Sr. Lucas Vergílio)

Requer, nos termos regimentais, a inclusão da Comissão de Finanças e Tributação no despacho apostado ao Projeto de Lei nº 358, de 1999.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

O Projeto de Lei nº 358, de 1999, altera o foro competente para ações por emissão de cheques sem fundo.

Como se sabe, o cheque é uma ordem de pagamento à vista e um título de crédito para o beneficiário que o recebe, porque pode ser protestado ou executado em juízo.

Conforme informa o Banco Central “no cheque estão presentes dois tipos de relação jurídica: uma entre o emitente e o banco (baseada na conta bancária); outra entre o emitente e o beneficiário”.

Quando se propõe a mudança constante no Projeto de Lei em questão, constata-se que a matéria trata de assunto relacionado ao Sistema Financeiro Nacional, de operações financeiras e de crédito, uma vez tratar-se de título de crédito.

Fica, portanto, constatada a aderência da proposição ao escopo de competência da Comissão de Finanças e Tributação.

Diante do exposto, requeremos a inclusão da Comissão de Finanças e Tributação no despacho apostado ao Projeto de Lei nº 358, de 1999, além das Comissões constantes em seu despacho inicial, nos termos do art. 32, inciso X, alínea “a” do RICD.

Sala das Sessões, de de 2016.

Lucas Vergílio
Deputado Federal – SD/GO